

Epidemia de Corona vírus, 18 de março de 2020

A hora é de extrema gravidade e a Academia Nacional de Medicina, vem elogiar e reafirmar o total apoio ao trabalho da equipe do Ministério da Saúde, reiterando a importância da condução do esforço nacional pelo Ministro, a maior autoridade sanitária do país. Reconhecendo a eficiência dos gestores na luta contra o COVID19, vem, no entanto, manifestar preocupações, apoiar e sugerir ações a serem energicamente implantadas.

São elas:

1. Intensificar, com ações imediatas (e de máxima eficiência), medidas de distanciamento social, incluindo praias, museus, bibliotecas, parques etc., para diminuir a proximidade entre as pessoas e conseguir menor mobilidade. A persistência de praias lotadas, bares com multidões, manifestações e aglomerações, bem como parte da imprensa seguir, com irresponsabilidade, glorificando festas e reuniões sociais são inadmissíveis.
2. Exigir maior coerência de ações e depoimentos de autoridades com as normas e orientações sanitárias, como não comparecer a atos, reuniões e manifestações públicas.
3. Não apenas diminuir, mas reorganizar o transporte público, por ser transporte de massa com grande e imediata dispersão de seus passageiros. Recomendar a ventilação de ambientes como a abertura das janelas em casas e nos transportes públicos e individuais e evitando elevadores e ambientes fechados.
4. Reforçar a importância de tentativa de rastreamento de contatos e testagem em larga escala com importação de testes diagnósticos e rápida regulamentação, registro e liberação.
5. Vigilância sobre os comunicantes infectados, seja colocando-os em hospitais, seja regulando e acompanhando a observação de regras de auto isolamento e de limitação de deslocamento espacial, usando tecnologia com base em telefones celulares.
6. Considerar a diminuição e mobilidade interna no país, tratando de poupar regiões ainda não tão acometidas. Proibir atracções de barcos de turismo internacional e nacional, diminuir o trânsito interestadual e preservar regiões, estados e cidades, ainda sem transmissão local, além de regular a entrada de estrangeiros, exceto em missões oficiais de saúde.
7. Promover a total integração dos sistemas público e privado com reorganização imediata do atendimento médico, colocando o sistema privado de maneira integrada ao sistema público (MS, estados e municípios), com sistema de redes, cancelando cirurgias eletivas e ambulatorios de doenças de tratamento não urgentes. Compra emergencial de equipamentos.
8. Fortalecer em caráter emergencial, a atenção básica (saúde da família, centros de saúde, policlínicas, Upas.etc), porta de entrada do sistema, com criação de centros pre-hospitalares para atendimento presencial e orientação.
9. Responder à necessidade de atenção especial, que inclua medidas econômicas, sociais e de saúde para as populações mais vulneráveis, comunidades indígenas, moradores de favelas e comunidades das periferias dos grandes centros urbanos.
10. Realizar intensamente o imediato preparo de médicos de todas as especialidades, estudantes e equipes de saúde e apoio para atividades onde serão provavelmente transferidos para atuar.
11. Organizar rapidamente sistemas de comunicação telefônica e eletrônica com a população para orientação adequada evitando corrida desnecessária aos hospitais.
12. Flexibilizar rapidamente o atendimento e orientação diagnóstica e terapêutica por telemedicina, inclusive com aceitação por farmácias de receitas enviadas por meios eletrônicos.
13. Reforçar campanhas de divulgação e publicidade dirigidas a setores economicamente mais vulneráveis e jovens
14. Estabelecer mecanismo rápido e sem burocracia para autorização de pesquisas clínicas com drogas potencialmente de ação benéfica, após aprovação rápida pelos comitês de ética e pesquisa (CEP), capacitados a avaliar os riscos e características técnicas.